



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Legisla-e**

**LEI ORDINÁRIA Nº 1962, DE 4 DE DEZEMBRO 2007**

Altera dispositivos das Leis n. 1.478, de 15 de janeiro de 2003, que criou o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF/AC e n. 1.666, de 19 de agosto de 2005, que estruturou o quadro de pessoal do IDAF/AC.

**Data de Criação**

04/12/2007

**Data de Publicação**

05/12/2007

**Diário de Publicação**

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 9694, de 05/12/2007

**Origem**

Não informada

**Tipo**

Lei Ordinária

**Temática**

- Agropecuária
- Produção Florestal e Agroflorestal
- Alteração de Dispositivos

**Autoria**

- Poder Executivo

**Altera**

- Lei Ordinária Nº 1478/2003
- Lei Ordinária Nº 1666/Não publicada

**Alterada por**

- Sem Alterações

## Texto da Lei

### LEI 1.962, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007

Altera dispositivos das Leis n. 1.478, de 15 de janeiro de 2003, que criou o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF/AC e n. 1.666, de 19 de agosto de 2005, que estruturou o quadro de pessoal do IDAF/AC.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Os arts. 2º e 6º da Lei n. 1.478, de 15 de janeiro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** O IDAF/AC é uma autarquia institucional sob a denominação de instituto, a ser supervisionada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT.

...

**Art. 6º** O IDAF/AC tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Diretoria-Geral;

II - Procuradoria Jurídica;

III - Departamentos; e

IV - Divisões.

**Parágrafo único.** Decreto disporá sobre o desdobramento da estrutura organizacional básica do IDAF/AC.” (NR)

**Art. 2º** A Lei n. 1.666, de 19 de agosto de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** Ficam criados no IDAF/AC trinta e dois cargos em comissão, no escalonamento CEC-1, CEC-2, CEC-3, CEC-4 e CEC-5, com a mesma remuneração prevista no art. 26 da Lei Complementar n. 171, de 31 de agosto de 2007.

**§ 1º** A instalação e preenchimento dos cargos criados no *caput*, conforme implantação dos serviços, terão o valor referencial mensal de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), não incluídos os encargos sociais e previdenciários correspondentes.

**§ 2º** Fica criado o cargo de diretor-presidente do IDAF/AC, que perceberá a remuneração estabelecida no inciso II do art. 30 da Lei Complementar n. 171, de 2007.

**Art. 4º** Ficam criadas, na estrutura organizacional do IDAF/AC, Funções de Confiança – FC, escalonadas em dez níveis: FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5, FC-6, FC-7, FC-8, FC-9, FC-10, que corresponderão às respectivas remunerações previstas no art. 28 da Lei Complementar n. 171, de 2007.

...

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a redistribuir cargos da administração direta para o quadro de pessoal do IDAF/AC, até a criação de sua estrutura de carreira, na quantidade e necessidade dos seus serviços,” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Fica revogado o art. 7º da Lei n. 1.478, de 15 de janeiro de 2003.

Rio Branco, 4 de dezembro de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.

**ARNÓBIO MARQUES DE ALMEIDA JÚNIOR**

Governador do Estado do Acre